

# Brasil volta ao FMI "de forma branda"

Nélio Rodrigues



Funaro descartou novos congelamentos de preços e tarifas

Augusto de Freitas

O Brasil voltará a ter o monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI), ainda que de uma forma branda. O governo já admite submeter os seus planos de crescimento ao Fundo, mesmo sem abdicar do pressuposto de que isto não deve estar submisso às metas de melhoria das condições econômicas e sociais da população.

Assim, a economista Ana Maria Jull, a tão conhecida economista chilena que nos anos mais negros das dificuldades com a dívida externa transitava com desenvoltura pelo Palácio do Planalto, deve voltar a "rodar a sua bolsinha" onde bem entender.

Desde que assumiu o Ministério da Fazenda, em agosto de 1985, Dílson Funaro adotou uma posição hostil em relação ao Fundo Monetário Internacional, que teve o seu ponto alto com a adoção do Plano Cruzado, em fevereiro do ano passado. Funaro pregava, então, que o Brasil não deveria se submeter às regras do Fundo para obter empréstimos internacionais, nem estaria à mercê das humilhações impostas no passado aos ministros dos governos autoritários para obter avais junto à comunidade financeira internacional.

O sonho brasileiro começa a desmoronar-se com a visita que o ministro do Planejamento, João Sayad, fará a partir do dia 20 a Miami, para participar da reunião dos países membros do Banco Interamericano de Desenvolvimento, na qualidade de porta-voz do grupo Brasil, Argentina, México e Venezuela.

O titular do Planejamento, segundo admite o secretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional da

Seplan, o embaixador Luiz Felipe Lampréia, poderá aproveitar a oportunidade para explicar no BID e também junto ao Banco Mundial as causas que levaram o Brasil a decretar unilateralmente uma moratória técnica no pagamento dos juros da dívida externa e também o programa em que o país se pautará daqui por diante para vencer o impasse.

Sayad firmará, no entanto, duas posições em nome do grupo de países que representa junto ao BID: não aceitar o veto aos projetos pelos norte-americanos e pela duplicação dos orçamentos da instituição financeira para os próximos quatro anos, para 25 bilhões de dólares. Lampréia afirma que, ao pretenderem assumir o controle do aumento do orçamento do BID, os Estados Unidos estarão também assumindo o controle das decisões, comprometendo o papel expansionista do banco.

O embaixador Lampréia calcula que a moratória decretada pelo presidente José Sarney não está comprometendo os contratos clássicos de construção de estradas, hidrelétricas e do setor agrícola com o BID ou com o Banco Mundial. Entretanto, os novos contratos de financiamento apresentados pelo Brasil estão parados. O banco só vai reabrir as negociações depois que o Brasil apresentar uma definição clara de sua política econômica.

Isto é o que leva a crer que o ministro João Sayad já sairá do Brasil, no dia 20 próximo, com o aval do presidente José Sarney para apresentar, perante a comunidade financeira internacional, pelo menos um esboço do que será o novo programa econômico do governo.